

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	9
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	15

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	35
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	36
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	38

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	68.598.861
Preferenciais	0
Total	68.598.861
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembleia Geral Extraordinária	20/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	04/01/2013	Ordinária		0,01703
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	23/04/2013	Juros sobre Capital Próprio	02/05/2013	Ordinária		0,01832
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	23/04/2013	Dividendo	02/05/2013	Ordinária		0,52323

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	533.931	555.048
1.01	Ativo Circulante	107.460	195.996
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	50.933	141.429
1.01.02	Aplicações Financeiras	9.681	12.708
1.01.03	Contas a Receber	45.507	41.080
1.01.03.01	Clientes	20.864	19.568
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	24.643	21.512
1.01.03.02.01	Contas a receber - partes relacionadas	8	24
1.01.03.02.02	Empréstimos a partes relacionadas	24.452	21.361
1.01.03.02.03	Outros créditos	183	127
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.339	779
1.02	Ativo Não Circulante	426.471	359.052
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	155.663	70.763
1.02.01.06	Tributos Diferidos	27.488	25.578
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.488	25.578
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	128.000	45.000
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	128.000	45.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	175	185
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	175	185
1.02.03	Imobilizado	1.226	1.271
1.02.04	Intangível	269.582	287.018

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	533.931	555.048
2.01	Passivo Circulante	124.868	123.990
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.346	2.238
2.01.02	Fornecedores	2.660	4.856
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.660	4.856
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.884	3.861
2.01.02.01.02	Cauções contratuais	776	995
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.359	15.161
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	73.157	78.382
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.711	2.405
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.711	2.405
2.01.04.02	Debêntures	70.446	75.977
2.01.05	Outras Obrigações	15.965	14.718
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	902	1.947
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	118	14
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	784	1.933
2.01.05.02	Outros	15.063	12.771
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.483	1.168
2.01.05.02.06	Credores pela Concessão	11.392	11.025
2.01.05.02.07	Contas a Pagar	2.188	578
2.01.06	Provisões	15.381	8.635
2.01.06.02	Outras Provisões	15.381	8.635
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	15.381	8.635
2.02	Passivo Não Circulante	279.405	310.582
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	197.605	227.287
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.200	3.337
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.200	3.337
2.02.01.02	Debêntures	195.405	223.950
2.02.02	Outras Obrigações	36.834	40.653
2.02.02.02	Outros	36.834	40.653
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	36.765	40.570
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	69	83
2.02.04	Provisões	44.966	42.642
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.146	1.163
2.02.04.02	Outras Provisões	43.820	41.479
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	43.820	41.479
2.03	Patrimônio Líquido	129.658	120.476
2.03.01	Capital Social Realizado	70.839	68.718
2.03.04	Reservas de Lucros	58.819	51.758
2.03.04.01	Reserva Legal	13.744	13.744
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	45.075	38.014

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	75.658	148.514	65.733	130.975
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-29.629	-57.521	-31.049	-63.212
3.03	Resultado Bruto	46.029	90.993	34.684	67.763
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.951	-5.817	-2.778	-5.219
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.951	-5.811	-2.778	-5.219
3.04.02.01	Despesas administrativas	-2.751	-5.429	-2.600	-5.041
3.04.02.03	Remuneração da administração	-200	-382	-178	-178
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-6	0	0
3.04.05.01	Tributárias	0	-6	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	43.078	85.176	31.906	62.544
3.06	Resultado Financeiro	-6.188	-13.901	-7.081	-13.736
3.06.01	Receitas Financeiras	4.218	8.072	5.423	12.539
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.406	-21.973	-12.504	-26.275
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	36.890	71.275	24.825	48.808
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.759	-22.977	-7.817	-15.377
3.08.01	Corrente	-12.885	-24.887	-9.841	-19.850
3.08.02	Diferido	1.126	1.910	2.024	4.473
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	25.131	48.298	17.008	33.431
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	25.131	48.298	17.008	33.431
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,36630	0,70410	0,29110	0,57220
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,37560	0,72190	0,29110	0,57220

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	25.131	48.298	17.008	33.431
4.03	Resultado Abrangente do Período	25.131	48.298	17.008	33.431

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.351	74.495
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	88.998	71.229
6.01.01.01	Lucro líquido do período	48.298	33.431
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	18.482	16.661
6.01.01.03	Baixa de ativos permanentes	96	54
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-1.910	-4.473
6.01.01.05	Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	1.667	2.864
6.01.01.06	Receitas com aplicações financeiras vinculadas	-685	-990
6.01.01.07	Juros e variações monetárias de empréstimos	589	639
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de debêntures	16.951	20.383
6.01.01.09	Despesas (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	1.581	1.334
6.01.01.10	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	60	3
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	7.506	4.469
6.01.01.12	Receitas com juros sobre empréstimos com partes relacionadas	-3.637	-3.146
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-86.647	3.266
6.01.02.01	Contas a receber	-1.296	1.958
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-82.438	37
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-560	-727
6.01.02.04	Impostos a recuperar	114	637
6.01.02.05	Outros créditos e depósitos judiciais	-45	330
6.01.02.06	Fornecedores	-2.514	1.457
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	-1.045	590
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	-219	157
6.01.02.09	Obrigações sociais	108	154
6.01.02.10	Obrigações fiscais	23.077	18.853
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-23.363	-20.356
6.01.02.12	Outras contas a pagar	1.610	215
6.01.02.13	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-77	-39
6.01.02.14	Credores pela concessão	1	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	3.024	6.601
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-211	-118
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-363	-1.423
6.02.03	Aplicações financeiras vinculadas	-47.380	-48.171
6.02.04	Valor resgatado das aplicações financeiras vinculadas	50.978	56.313
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-95.871	-125.431
6.03.02	Empréstimos - pagamentos de principal	-1.174	-2.410
6.03.03	Empréstimos - pagamentos de juros	-246	-431
6.03.05	Debêntures- pagamentos de principal	-33.660	-33.660
6.03.06	Debêntures - pagamentos de juros	-17.367	-22.521
6.03.07	Pagamento de credores pela concessão	-5.106	-4.898
6.03.08	Pagamento de dividendos	-38.014	-58.513
6.03.09	Pagamento de juros sobre o capital próprio	-2.425	-2.998
6.03.10	Integralização de capital	2.121	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-90.496	-44.335

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	141.429	189.021
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	50.933	144.686

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	68.718	0	51.758	0	0	120.476
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	68.718	0	51.758	0	0	120.476
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.121	0	-38.014	-3.223	0	-39.116
5.04.01	Aumentos de Capital	2.121	0	-2.121	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-35.893	0	0	-35.893
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.223	0	-3.223
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	48.298	0	48.298
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	48.298	0	48.298
5.07	Saldos Finais	70.839	0	13.744	45.075	0	129.658

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	65.078	0	60.022	0	0	125.100
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	65.078	0	60.022	0	0	125.100
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-47.006	-3.196	0	-50.202
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.196	0	-3.196
5.04.08	Dividendos propostos	0	0	-47.006	0	0	-47.006
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	33.431	0	33.431
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	33.431	0	33.431
5.07	Saldos Finais	65.078	0	13.016	30.235	0	108.329

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	162.542	143.297
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	160.319	140.288
7.01.02	Outras Receitas	2.223	3.009
7.01.02.01	Receitas de serviços de construção	925	1.468
7.01.02.02	Receitas acessórias	1.298	1.541
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-37.147	-45.901
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-11.656	-11.823
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.012	-1.934
7.02.04	Outros	-23.479	-32.144
7.02.04.01	Custo da concessão	-6.518	-7.119
7.02.04.02	Custos dos serviços de construção	-925	-1.468
7.02.04.05	Custos de provisão para manutenção em rodovias	-15.021	-22.369
7.02.04.06	Outros	-1.015	-1.188
7.03	Valor Adicionado Bruto	125.395	97.396
7.04	Retenções	-18.482	-16.661
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.482	-16.661
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	106.913	80.735
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.072	12.539
7.06.02	Receitas Financeiras	8.072	12.539
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	114.985	93.274
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	114.985	93.274
7.08.01	Pessoal	7.241	6.823
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.098	4.738
7.08.01.02	Benefícios	1.751	1.735
7.08.01.03	F.G.T.S.	392	350
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	38.381	28.954
7.08.02.01	Federais	30.148	21.727
7.08.02.02	Estaduais	163	147
7.08.02.03	Municipais	8.070	7.080
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	21.065	24.066
7.08.03.01	Juros	18.337	21.586
7.08.03.02	Aluguéis	758	655
7.08.03.03	Outras	1.970	1.825
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	46.177	33.431
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.223	3.196
7.08.04.02	Dividendos	35.893	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.061	30.235
7.08.05	Outros	2.121	0
7.08.05.01	Integralização de capital	2.121	0

Comentário do Desempenho



Itirapina, 8 de agosto de 2013 - A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., empresa do Grupo Arteris S.A., comenta seu resultado relativo ao segundo trimestre de 2013 (2T13), período encerrado em 30 de junho de 2013. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e IFRS. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- O volume do tráfego pedagiado foi de 13.189 mil veículos equivalentes no 2T13, em comparação ao 2T12 que foi de 11.877 mil veículos equivalentes, apresentou crescimento de 11,0%. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias.

Receita Operacional Bruta

- No 2T13 a Centrovias obteve uma receita bruta de pedágio de R\$81,5 milhões contra R\$70,3 milhões no 2T12, apresentando um crescimento de 15,9%. Essa evolução justifica-se principalmente pelo crescimento do tráfego e pelo reajuste contratual das tarifas de pedágio (+4,26%) em 01/07/2012. Podemos observar também uma queda de 28,0% na rubrica receitas de obras comparando o 2T13 ante ao 2T12, cujo valor tem custos em igual montante na rubrica “custo dos serviços de construção”, tal queda deve-se pela conclusão das obras de construção das passarelas na Rodovia SP 225 em 2012.
- A receita operacional líquida totalizou R\$75,7 milhões no 2T13, impactando no crescimento de 15,1% ante ao 2T12 que foi de R\$65,7 milhões.

Custos e Despesas

- No 2T13, os custos e despesas operacionais totais (excluído depreciação e amortização) somaram R\$23,1 milhões, apresentando decréscimo de 8,9% ante ao 2T12. Desconsiderando a rubrica “custos dos serviços de construção”, que possui efeito nulo no resultado em atendimento às normas contábeis conforme ICPC01, observa-se queda de 8,2% do 2T13 ante ao 2T12, essa variação se deve principalmente à redução de 26,1% nos custos de manutenção de rodovias que foram provisionados em razão da expectativa de manutenção, segundo o contrato de concessão. Em contrapartida, as despesas administrativas e remuneração da administração, no 2T13 em comparação ao 2T12, foram maiores em 7,3% e 12,4% respectivamente, em função do reajuste salarial e aumento em rescisões salariais.

Comentário do Desempenho



EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA do trimestre foi de R\$52,5 milhões, apresentando um acréscimo de 30,2% ante ao 2T12, reflexo do reajuste contratual das tarifas em julho de 2012 e decréscimo dos custos e despesas. Vale mencionar que sem os efeitos da provisão para a manutenção em rodovias, em atendimento as novas normas contábeis conforme ICPC 01, o EBITDA apresenta acréscimo de 18,4%.

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro líquido apresentou um resultado negativo de R\$6,2 milhões no 2T13, sendo 12,6% menor que o resultado negativo de R\$7,1 milhões registrado no 2T12. Este decréscimo no resultado financeiro líquido está diretamente relacionado à redução das receitas financeiras em 22,2% decorrente da diminuição das receitas de aplicações financeiras decorrentes de resgates de recursos para liquidação de compromissos da Companhia. As despesas financeiras sofreram redução de 16,8% em consequência da amortização dos saldos de principal e juros das debêntures.

Lucro Líquido

- A Companhia obteve um lucro líquido de R\$25,1 milhões, representando um aumento de 47,8% ante ao 2T12. Conforme mencionado anteriormente, os principais fatores que contribuíram para esse crescimento foram: (i) reajuste tarifário contratual; (ii) aumento no tráfego de veículos pedagiados e (iii) redução nos custos e despesas operacionais.

Endividamento

- A Centrovias encerrou o segundo trimestre de 2013 com um endividamento bruto de R\$270,8 milhões contra R\$283,0 milhões no trimestre anterior. A redução de 4,3% deve-se principalmente às amortizações das parcelas de debêntures ocorridas durante o período.

Investimentos

- Durante o 2T13 foram desembolsados R\$3,7 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos previstos no contrato de concessão, dentre os principais investimentos destaca-se a recuperação de obras de artes especiais, recuperação das estruturas metálicas das praças de pedágio e manutenção da sinalização e dos dispositivos de segurança nas rodovias SP 225 e SP 310.
- As obras de manutenção e conservação das rodovias somaram R\$3,5 milhões no 2T13, representando 94,6% do montante total desembolsado.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 - TABELA DRE

Veículos Equivalentes	2T13	1T13	2T12	Var% 2T13/1T13	Var% 2T13/2T12	1S13	1S12	Var% 1S13/1S12
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.	13.189.037	12.767.760	11.877.178	3,3%	11,0%	25.956.797	23.742.913	9,3%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)								
	2T13	1T13	2T12	Var% 2T13/1T13	Var% 2T13/2T12	1S13	1S12	Var% 1S13/1S12
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	82.791	79.751	71.909	3,8%	15,1%	162.542	143.297	13,4%
Receitas de pedágio	81.486	78.833	70.282	3,4%	15,9%	160.319	140.288	14,3%
Receitas de obras	608	317	845	91,8%	-28,0%	925	1.468	-37,0%
Receitas acessórias	697	601	782	16,0%	-10,9%	1.298	1.541	-15,8%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(7.133)	(6.895)	(6.176)	3,5%	15,5%	(14.028)	(12.322)	13,8%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	75.658	72.856	65.733	3,8%	15,1%	148.514	130.975	13,4%
CUSTOS E DESPESA	(23.145)	(21.711)	(25.395)	6,6%	-8,9%	(44.856)	(51.770)	-13,4%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(11.797)	(11.501)	(11.223)	2,6%	5,1%	(23.298)	(22.959)	1,5%
Custo dos serv. de construção	(608)	(317)	(845)	91,8%	-28,0%	(925)	(1.468)	-37,0%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(2.657)	(2.567)	(2.476)	3,5%	7,3%	(5.224)	(4.796)	8,9%
Remuneração da administração	(200)	(182)	(178)	9,9%	12,4%	(382)	(178)	114,6%
Despesas tributárias	-	(6)	-	-	-	(6)	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(7.883)	(7.138)	(10.673)	10,4%	-26,1%	(15.021)	(22.369)	-32,8%
EBITDA	52.513	51.145	40.338	2,7%	30,2%	103.658	79.205	30,9%
Margem EBITDA	69,4%	70,2%	61,4%			69,8%	60,5%	
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(9.435)	(9.047)	(8.432)	4,3%	11,9%	(18.482)	(16.661)	10,9%
Depreciação de imobilizado	(99)	(106)	(133)	-6,6%	-25,6%	(205)	(267)	-23,2%
Amortização do intangível	(9.336)	(8.941)	(8.299)	4,4%	12,5%	(18.277)	(16.394)	11,5%
RESULTADO FINANCEIRO	(6.188)	(7.713)	(7.081)	-19,8%	-12,6%	(13.901)	(13.736)	1,2%
Receitas financeiras	4.218	3.854	5.423	9,4%	-22,2%	8.072	12.539	-35,6%
Despesas financeiras	(10.406)	(11.567)	(12.504)	-10,0%	-16,8%	(21.973)	(26.275)	-16,4%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	36.890	34.385	24.825	7,3%	48,6%	71.275	48.808	46,0%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(11.759)	(11.218)	(7.817)	4,8%	50,4%	(22.977)	(15.377)	49,4%
Corrente	(12.885)	(12.002)	(9.841)	7,4%	30,9%	(24.887)	(19.850)	25,4%
Diferido	1.126	784	2.024	43,6%	-44,4%	1.910	4.473	-57,3%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	25.131	23.167	17.008	8,5%	47,8%	48.298	33.431	44,5%

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)								
	2T13	1T13	2T12	Var% 2T13/1T13	Var% 2T13/2T12	1S13	1S12	Var% 1S13/1S12
EBITDA¹	52.513	51.145	40.338	2,7%	30,2%	103.658	79.205	30,9%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	7.883	7.138	10.673	10,4%	-26,1%	15.021	22.369	-32,8%
EBITDA Ajustado²	60.396	58.283	51.011	3,6%	18,4%	118.679	101.574	16,8%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICP-C01.

A Centrovias Sistemas Rodoviários S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. Contexto operacional

A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luís, km 216,8 Pista Sul, constituída em 27 de maio de 1998. Sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 9 de junho de 1998.

No semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2013 não ocorreram mudanças no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 08 de agosto de 2013.

2. Concessões

No semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2013 não ocorreram mudanças no Contrato de concessão em relação às demonstrações de 31 de dezembro de 2012, além do mencionado abaixo:

A Sociedade estima, na data de 30 de junho de 2013, os montantes de R\$20.636 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$177.923 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

3. Base para preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC).

As informações trimestrais estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas *pele International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM.

As demais informações relativas às: bases de mensuração; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações trimestrais individuais, estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações abaixo:

4.1. Os saldos reais e os respectivos saldos a valor presente nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

Circulante	30/06/2013	31/12/2012
Provisão para manutenção em rodovias - real	15.918	8.924
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	15.381	8.635
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(537)</u>	<u>(289)</u>
Credores pela concessão - real (*)	11.674	11.300
Credores pela concessão a valor presente (*)	11.392	11.025
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(282)</u>	<u>(275)</u>
Não circulante	30/06/2013	31/12/2012
Provisão para manutenção em rodovias - real	50.572	48.450
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	43.820	41.479
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(6.752)</u>	<u>(6.971)</u>
Credores pela concessão - real	42.814	47.449
Credores pela concessão a valor presente	36.765	40.570
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(6.049)</u>	<u>(6.879)</u>

(*) Incluem a parcela variável conforme Nota Explicativa nº 14.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

4.2. Normas e interpretações novas, revisadas e emitidas

Os novos pronunciamentos contábeis do IASB, foram publicados e/ou revisados, têm adoção obrigatória, além de terem sido objeto de normatização pelo CPC e pela CVM e, dessa forma, foram aplicados pela Sociedade em suas Informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2013. Tais pronunciamentos foram implantados pela Sociedade quando tornaram-se obrigatórios e não apresentam efeitos relevantes nas informações trimestrais, que requeiram reapresentação de saldos anteriores.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	30/06/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	1.483	2.063
Aplicações financeiras (*)	49.450	139.366
Total	<u>50.933</u>	<u>141.429</u>

(*) Representadas por aplicações em cotas de fundos de investimentos, com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data de aquisição, cuja composição é demonstrada a seguir:

	30/06/2013	31/12/2012
Fundos de investimentos	49.450	139.366
Total	<u>49.950</u>	<u>139.366</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas na média a 100,7% da variação do CDI no período.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	30/06/2013	31/12/2012
Pedágio eletrônico a receber (a)	19.261	17.816
Cupons de pedágio a receber	1.239	1.305
Cartões de pedágio a receber	250	91
Receitas acessórias a receber	114	356
Total	<u>20.864</u>	<u>19.568</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com estes recebíveis em 30 de junho de 2013. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

(a) Conforme nota explicativa nº 23.b.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir encontra-se breve descrição dessas obrigações:

Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e da parcela de principal das

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

debêntures da 1ª série e dos juros anuais da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. Em 30 de junho de 2013 o valor dessa aplicação é de R\$9.681 (R\$12.708 em 31 de dezembro de 2012), essas aplicações foram remuneradas na média a 96% da variação do CDI.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	30/06/2013	31/12/2012
Bases do ativo diferido:		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	1.146	1.163
Direito de concessão incorporado (b)	(2.691)	(2.918)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis: (c)		
Provisão para manutenção	59.201	50.114
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	24.303	28.260
Ajustes dos encargos financeiros	(1.113)	(1.390)
Base de cálculo	80.846	75.229
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	27.488	25.578

Em atendimento ao CPC 32 foram demonstrados os efeitos da Contribuição Social e Imposto de Renda Diferidos pelo seu valor líquido.

- (a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções;
- (b) Crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano;
- (c) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações de praticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelas IFRS.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em	Ativo
2013	2.233
2014	3.871
2015	3.871
Após 2016	17.513
	27.488

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

9. Imobilizado

A movimentação é como segue:

Custo do imobilizado bruto	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Total
Saldo em 31/12/2012	848	2.775	102	3.725
Adições	19	152	-	171
Alienações e baixas	(1)	(15)	-	(16)
Saldo em 30/06/2013	866	2.912	102	3.880
Depreciação acumulada				
Saldo em 31/12/2012	(402)	(1.950)	(102)	(2.454)
Depreciação	(38)	(167)	-	(205)
Alienações e baixas	-	5	-	5
Saldo em 30/06/2013	(440)	(2.112)	(102)	(2.654)
Imobilizado líquido				
Saldo em 31/12/2012	446	825	-	1.271
Saldo em 30/06/2013	426	800	-	1.226
Taxa anual de depreciação	10%	20%	20%	

10. Intangível

A movimentação é como segue:

Custo do intangível bruto	Intangível em rodoviaobras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2012	577.097	40.280	9.474	1.908	1.169	629.928
Adições	614	-	-	312	-	926
Alienações e baixas	(17)	-	-	(83)	-	(100)
Saldo em 30/06/2013	577.694	40.280	9.474	2.137	1.169	630.754
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2012	(307.742)	(27.768)	(6.400)	(1.000)	-	(342.910)
Amortização	(17.067)	(852)	(245)	(113)	-	(18.277)
Alienações e baixas	15	-	-	-	-	15
Saldo em 30/06/2013	(324.794)	(28.620)	(6.645)	(1.113)	-	(361.172)
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2012	269.355	12.512	3.074	908	1.169	287.018
Saldo em 30/06/2013	252.900	11.660	2.829	1.024	1.169	269.582
Taxa anual de amortização						13%

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetada;
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário e ajustado a valor presente, conforme Nota Explicativa nº 14;
- (c) Refere-se ao direito de outorga incorporado proveniente da incorporação da parcela cindida em junho de 2006, OHL Participações, que detinha participação no capital social da Centrovias. Em exercícios anteriores, essa rubrica era denominada “Ágio incorporado”. Por entender que, na essência, esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para “Direito de outorga incorporado”. Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

11. Empréstimos e financiamentos

Estão representados por:

Modalidade	Encargos anuais	30/06/2013	31/12/2012
Passivo circulante:			
Financiamento de obras (a)	TJLP + 3,3%a.a. a 5,30%a.a.	2.711	2.405
Passivo não circulante:			
Financiamento de obras (a)	TJLP + 3,3%a.a. a 5,30% a.a.	2.200	3.337

Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

(a) Contrato de abertura de crédito firmado com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES (Automático) para financiamento de obras. Em 30 de junho de 2013, as garantias estão representadas por aval dos acionistas e notas promissórias. O vencimento final será em 15 de março de 2015.

Em 30 de junho de 2013, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2014	1.200
2015	1.000
	2.200

Em 30 de junho de 2013 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

12. Debêntures

Os saldos estão representados por:

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	30/06/2013		31/12/2012	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª série (a)	286.131	CDI + 1,7% a.a.	Mar./2015	67.748	50.508	67.773	84.168
2ª série (a)	120.000	IPCA + 8% a.a.	Mar./2017	3.232	145.367	8.802	140.475
Custo de transação	406.131			70.980	195.875	76.575	224.643
				(534)	(470)	(598)	(693)
Total				70.446	195.405	75.977	223.950

Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

a) 1ª emissão de debêntures emitidas em 15 de março de 2010 com valor real unitário em 30 de junho de 2013 de R\$1 (mil Reais) cada uma.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
1ª Série	15/03/2010	286.131	26/04/2010	289.313
2ª Série	15/03/2010	120.000	27/04/2010	121.899
Total		<u>406.131</u>		<u>411.212</u>

A remuneração das debêntures da 1ª série é paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro e a amortização trimestral iniciou-se em 15 de março de 2011. A remuneração das debêntures da 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015.

Em 30 de junho de 2013, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das duas séries apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2014	33.549
2015	82.034
2016	39.857
2017	39.965
	<u>195.405</u>

As debêntures da 1ª e 2ª série contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, arquivada na CVM.

Em 30 de junho de 2013, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão da Sociedade. O percentual de penhor é reduzido conforme as debêntures forem sendo amortizadas;
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão é reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas;
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização;
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (“Sinking Fund”), conforme descrito na Nota Explicativa nº7.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

13. Transações com partes relacionadas

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuo para capital de giro.

Os saldos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e as transações realizadas nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2013 e de 2012, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo circulante		
Empréstimos a partes relacionadas:		
Arteris S.A.	24.452	21.361
Contas a receber - partes relacionadas:		
Arteris S.A.	5	4
Autovias S.A.	2	3
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.	<u>1</u>	<u>17</u>
	8	24
Ativo não circulante		
Empréstimos a partes relacionadas:		
Arteris S.A. (b)	128.000	45.000
Passivo circulante		
Fornecedores - partes relacionadas:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	708	1.633
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	<u>76</u>	<u>300</u>
	784	1.933
Contas a pagar - partes relacionadas:		
Arteris S.A.	118	7
Autovias S.A.	-	4
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.		
- Intervias	<u>-</u>	<u>3</u>
	118	14
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.	1.483	1.168

	<u>30/06/2013</u>		<u>30/06/2012</u>	
	Trimestre			
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receita financeira</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receita financeira</u>
<u>Contas de resultado</u>				
Arteris S.A. (b)	-	2.408	-	1.476
Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda. (a)	-	-	396	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	2.291	-	3.395	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	231	-	855	-
Total	<u>2.522</u>	<u>2.408</u>	<u>4.646</u>	<u>1.476</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

<u>Contas de resultado</u>	30/06/2013		30/06/2012	
	Semestre			
	Conservação da rodovia	Receita financeira	Conservação da rodovia	Receita financeira
Arteris S.A. (b)	-	3.637	-	3.146
Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda. (a)	-	-	956	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	5.831	-	5.796	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	575	-	1.412	-
Total	6.406	3.637	8.164	3.146

(a) Refere-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, efetuadas por sociedades controladas da Arteris S.A. (“Arteris”). Os saldos e transações registrados em fornecedores, classificados no passivo circulante e no custo de serviços prestados, são relativos a operações mercantis e referem-se a serviços prestados em conservação de rotina e execução de obras de manutenção das rodovias.

(b) As receitas financeiras referem - se a empréstimo que teve a finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A. (“Arteris”) e é composto por quatro contratos de mútuo, cujas datas de liberação, valores e encargos estão demonstrados a seguir:

Data da liberação	Vencimento(*)	Encargos	Valor do principal	Saldo devedor em 30/06/2013	Saldo devedor em 31/12/2012
Agosto/2008	Dezembro/2015	CDI + 1,037% a.a.	20.000	30.824	29.820
Setembro/2008	Dezembro/2015	CDI + 1,037% a.a.	15.000	22.922	22.175
Dezembro/2008	Dezembro/2015	CDI + 1,037% a.a.	2.000	2.980	2.883
Dezembro/2008	Dezembro/2015	CDI + 1,037% a.a.	8.000	11.869	11.483
Abril/2013	Abril/2016	CDI + 1,7% a.a.	53.000	53.801	-
Junho/2013	Junho/2016	CDI + 1,7% a.a.	30.000	30.056	-
Total			128.000	152.452	66.361

(*) Os juros vencerão anualmente a partir de dezembro de 2013 e o principal terá seu vencimento a partir de dezembro de 2015.

No decorrer do trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2013 a Sociedade reconheceu os montantes de R\$200 e R\$382, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração de seus administradores, os quais não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e/ou outras partes relacionadas e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual da Sociedade. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Ao final de cada exercício social os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$526 e R\$820.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e ex-empregados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de ex-empregados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

14. Credores pela concessão

Referem-se ao saldo do ônus da concessão, o qual é composto pelos valores devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão vem sendo liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998. O montante é reajustado pelas mesmas fórmulas e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de junho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o Termo Aditivo Modificativo - TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012 sendo aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente		Valor real (*)	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Circulante				
Direito de outorga - parcela fixa	10.568	10.204	10.850	10.479
Parcela variável (a)	824	821	824	821
Total	11.392	11.025	11.674	11.300
	Valor presente		Valor real (*)	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Não circulante				
Direito de outorga - parcela fixa	36.765	40.570	42.814	47.449

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável corresponde a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A quantidade de parcelas a partir de 30 de junho de 2013 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo de parcelas	12	47	59

O valor pago pela Sociedade no decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2013 ao Poder Concedente foi de R\$9.952 (R\$5.106 de parcela fixa e R\$4.846 de parcela variável).

Em 30 de junho de 2013, o valor real das parcelas relativas ao saldo a valor presente classificado no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento	
2014 (a partir de 30 de junho)	5.425
2015	10.850
2016	10.850
Após 2016	15.689
	42.814

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

15. Provisões

15.1. Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o semestre findo em 30 de junho de 2013 é conforme segue:

	31/12/2012	Adições	Reversões	Utilizações	30/06/2013
Cíveis	378	95	(134)	(53)	286
Trabalhistas	785	138	(39)	(24)	860
Total	1.163	233	(173)	(77)	1.146

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco de perda possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$550 e R\$230, respectivamente em cada natureza de risco, em 30 de junho de 2013 (R\$609 e R\$260, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

15.2. Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização das provisões de manutenção é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições, sendo considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção, durante o período findo em 30 de junho de 2013 e 2012, é conforme segue:

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Provisões	Circulante	Não circulante
	Manutenção em rodovias	Manutenção em rodovias
Saldos em 31/12/2012	8.635	41.479
Adições	-	10.871
AVP	-	1.581
Utilizações	(3.365)	-
Transferências	10.111	(10.111)
Saldos em 30/06/2013	15.381	43.820

Os pagamentos efetuados no período, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$ 10.828.

16. Patrimônio líquido

- a) O capital social em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$104.798 e está representado por 101.483.834 ações ordinárias, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

Acionista	Quantidade de ações subscritas	30/06/2013	
		Quantidade de ações Integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	101.483.834	68.598.861	100,00

Acionista	Quantidade de ações subscritas	31/12/2012	
		Quantidade de ações Integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	101.483.834	66.544.937	100,00

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) **Reservas de lucros e distribuição de dividendos**

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, reserva retenção de lucros, prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral ou reserva de retenção de lucros, observado o artigo 198 da Lei nº6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 23 de abril de 2013 o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 38.014, dos quais R\$ 2.121 foram deliberados para integralização de capital.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Juros Sobre Capital Próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2013 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$2.740, líquido de R\$483, referente ao imposto de renda retido na fonte, dos quais R\$ 1.257 foram pagos em 02 de maio de 2013.

17. Receitas

Representadas por:

	30/06/2013		30/06/2012	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita de serviços prestados	81.486	160.319	70.282	140.288
Receita de serviços de construção	608	925	845	1.468
Outras receitas	697	1.298	782	1.541
	<u>82.791</u>	<u>162.542</u>	<u>71.909</u>	<u>143.297</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30/06/2013		30/06/2012	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita bruta	82.791	162.542	71.909	143.297
ISSQN	(4.104)	(8.069)	(3.548)	(7.081)
PIS	(539)	(1.061)	(468)	(933)
COFINS	(2.490)	(4.898)	(2.160)	(4.308)
Receita líquida	<u>75.658</u>	<u>148.514</u>	<u>65.733</u>	<u>130.975</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

18. Custos e despesas por natureza

Representados por:

	30/06/2013		30/06/2012	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Custos				
Custo de construção	608	925	845	1.468
Com pessoal	3.299	6.047	3.018	5.983
Serviços de terceiros	2.358	4.716	2.726	5.382
Depreciação / amortização	9.341	18.277	8.308	16.416
Custos com poder concedente	2.466	4.850	2.131	4.254
Seguros / garantias	427	958	443	1.001
Conservação	2.036	4.436	1.850	4.267
Provisão para manutenção em rodovias	7.883	15.021	10.673	22.369
Outros custos	1.211	2.291	1.055	2.072
Total	29.629	57.521	31.049	63.212

	30/06/2013		30/06/2012	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Despesas administrativas				
Com pessoal	1.024	2.025	862	1.771
Serviços de terceiros	1.165	2.276	1.096	2.054
Manutenção de bens e conservação	21	35	2	5
Depreciação / amortização	94	205	124	245
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	27	64	150	188
Consumo	276	546	246	541
Transporte	110	222	93	177
Seguros / garantias	2	4	3	5
Outras despesas	32	52	24	55
Total	2.751	5.429	2.600	5.041

19. Resultado financeiro

Representado por:

	30/06/2013		30/06/2012	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receitas financeiras:				
Juros ativos	2.408	3.637	1.476	3.146
Aplicações financeiras	1.802	4.389	3.947	9.243
Outras receitas	8	46	-	150
Total receitas	4.218	8.072	5.423	12.539

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

	30/06/2013		30/06/2012	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros - juros e variação monetária	(8.145)	(17.299)	(9.483)	(21.291)
Atualizações monetárias sobre o direito de outorga	(665)	(1.668)	(1.889)	(2.864)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(802)	(1.581)	(716)	(1.334)
Outras despesas	(794)	(1.425)	(416)	(786)
Total despesas	(10.406)	(21.973)	(12.504)	(26.275)

20. Demonstrações dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº5.

b) Informações suplementares

	30/06/2013	30/06/2012
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisições de intangível e imobilizado registradas em obrigações a pagar (a)	523	78
Juros sobre capital próprio em obrigações a pagar	1.483	1.156
Aumento de capital com integralização de dividendos	2.121	-

(a) Fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais, obrigações fiscais e outras contas a pagar

21. Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 30 de junho de 2013 do Imposto de Renda e da Contribuição Social nas demonstrações do resultado referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2013 e de 2012 é como segue:

	30/06/2013		30/06/2012	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	36.890	71.275	24.825	48.808
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, de acordo com a alíquota vigente	(12.543)	(24.234)	(8.441)	(16.595)
Juros sobre o capital próprio	593	1.096	463	1.087
Efeito de adições e exclusões	191	161	161	131
Despesa contabilizada	(11.759)	(22.977)	(7.817)	(15.377)
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social:				
Corrente	(12.885)	(24.887)	(9.841)	(19.850)
Diferido	1.126	1.910	2.024	4.473
Total	(11.759)	(22.977)	(7.817)	(15.377)

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

22. Lucro por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação no trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2013 e de 2012:

	30/06/2013		30/06/2012	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Básico				
Lucro líquido do exercício	25.131	48.298	17.008	33.431
Número de ações durante o ano (milhares)	68.599	68.599	58.426	58.426
Lucro por ação - básico - R\$	0,3663	0,7041	0,2911	0,5722
	30/06/2013		30/06/2012	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Diluído				
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	25.131	48.298	17.008	33.431
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação (milhares)	66.904	66.904	58.426	58.426
Lucro por ação - diluído - R\$	0,3756	0,7219	0,2911	0,5722

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

23. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto pelas atualizações abaixo:

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de junho de 2013, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nos índices sujeitos a variação sem desconsiderar os juros fixos sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras. Adicionalmente em função da atual conjuntura econômica a administração resolveu inserir mais um cenário com a diminuição da alíquota em 25%:

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Indicadores	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
	(provável)	(+ 25%)	(+ 50%)	(- 25%)
CDI	9,50%	11,88%	14,25%	7,13%
Juros a incorrer (*)	(9.831)	(11.825)	(13.780)	(7.812)
Receitas de aplicações financeiras	5.674	7.092	8.510	4.255
Receitas financeiras de mútuo	17.416	21.162	24.220	13.678
TJLP	5,00%	6,25%	7,50%	3,75%
Juros a incorrer (*)	(342)	(344)	(345)	(341)
IPCA	5,71%	7,14%	8,57%	4,28%
Juros a incorrer (*)	(21.000)	(23.328)	(25.769)	(18.544)
Juros a incorrer, líquidos	(8.083)	(7.243)	(7.164)	(8.764)

Fonte dos índices do cenário provável: Relatório Focus - BACEN de 05 de julho de 2013.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelas IFRSs, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

b) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$19.261 e R\$17.816, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação de contas a receber com a CGMP.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2013	2014	2015	2016	2017	Total
	Efetiva % a.a.					em diante	
Debêntures	12,6	38.833	84.665	132.329	95.581	83.902	435.310
BNDES automático	9,3	1.620	2.283	583	-	-	4.486
Cretores pela concessão	5,1	5.696	8.824	8.824	8.824	15.990	48.158
		46.149	95.772	141.736	104.405	99.892	487.954

24. Informações por segmento de negócio

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

25. Garantias e seguros

A Sociedade, por força contratual, mantém vigentes e atualizadas apólices de seguro garantia que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial; das funções operacionais e de conservação ordinária da malha rodoviária; e do pagamento da parcela fixa do ônus da concessão.

Adicionalmente por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial de obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de junho de 2013 as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	32.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	122.025

(*) Por sinistro.

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

26. Eventos subsequentes

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. Foi determinada a utilização do IGPM, nos termos originais dos contratos de concessão.

O Conselho Diretor deliberou, ainda, sobre as medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão nos seguintes termos: (i) utilização de 50% do valor de ônus variável; (ii) implementação de cobrança de eixos suspensos dos caminhões; (iii) utilização de créditos em favor do Estado de adequações de cronograma decorrentes de atrasos e postergações de obras e (iv) utilização do ônus fixo devido ao Estado.

Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 30 de junho de 2013, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Itirapina - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias e consolidadas tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 8 de agosto de 2013.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1SP 139268/O-6

Paulo Sérgio Tufani

Contador CRC 1SP 124504/O-9

A via original deste relatório foi entregue à Sociedade devidamente assinada, acompanhada das folhas da ITR, revisadas por nós e estão rubricadas tão somente para fins de identificação.

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

A Sociedade não possui Conselho Fiscal constituído.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, data de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2013.

Itirapina, 8 de agosto de 2013.

Diretoria:

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Dra. Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, data de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao período findo em 30 de junho de 2013.

Itirapina, 8 de agosto de 2013.

Diretoria:

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Dra. Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro